Alameda
ANÁLISE

O Último Capítulo

REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2026

Rodrigo Nunes
Anna Carolina Raposo de Mello
Juliano Fiori
Miguel Lago
Frederico Lyra
Thiago Canettieri

alameda.institute

Índice

03 SIMPÓSIO

04 **Ganhando Tempo**, por Rodrigo Nunes

05 **O Exército de Lula**, por Anna Raposo de Mello

07 **O Novo Brasil**, por Juliano Fiori

09 **Três Vencedores**, por Miguel Lago

12 ENSAIOS

13 **Brasil: Entre o Messias e o Anticristo**, por Frederico Lyra

15 **O Dia Depois de Amanhã**, por Thiago Canettieri

Simpósio

(Produzido em parceria com a *Equator*, este simpósio foi publicado originalmente em inglês pela revista, no dia 26 de outubro de 2026: https://www.equator.org/articles/brazil-lula-elections-results)

Ganhando Tempo

por Rodrigo Nunes

Esta foi, sem dúvida, a eleição mais dramática da história do país. A democracia brasileira escapou por pouco de sua maior ameaça desde o fim da ditadura militar. Mas se há quatro anos, muitos interpretaram o retorno de Lula como sinal de que a extrema direita havia sido definitivamente derrotada, é preciso, desta vez, encarar a realidade que as urnas indicam: a extrema direita continua crescendo. O bolsonarismo, representado pelo Partido Liberal, é agora a força dominante tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, e expandiu sua influência sobre governos e legislativos estaduais.

Pensar o ascenso da extrema direita como continuação e aceleração de tendências existentes também nos ajuda a entender todas as vantagens estruturais que ela aparenta possuir. Vantagens do ponto de vista da mensagem, que está em continuidade com o momento histórico de horizontes reduzidos, a gramática moral dominante e a experiência vivida de muita gente; e vantagens do ponto de vista organizacional, já que ela se acha mais capilarizada no tecido social e encontra nas plataformas digitais um terreno mais favorável ao tipo de política que propõe. Vantagem, finalmente e sobretudo, porque, apesar do discurso antissistema, sua prática está em perfeita continuidade com os interesses de elites domésticas e globais que decidiram pisar no acelerador da concentração de riqueza às custas da democracia, do meio ambiente e da imensa maioria da população mundial.

Mais do que qualquer coisa, a quarta vitória de Lula significa comprar tempo. Tempo para a democracia, afastando o risco de tomada do Judiciário que um Executivo e Legislativo em mãos bolsonaristas representava. Tempo para o meio ambiente, diante do fato de que mais quatro anos de um Bolsonaro na Presidência certamente poria a Amazônia numa trajetória irreversível de savanização, com um impacto fortíssimo sobre o aquecimento global. Tempo para serviços públicos como saúde e educação, afastando por ora a ameaça de cortes e privatização. Tempo para proteger as instituições e a vida pública da infiltração cada vez maior pelo crime organizado.

Lula 3.0 também estava apenas ganhando tempo; foi um governo de normalização, o que certamente foi bem-vindo após quase dez anos de anormalidade. Mas, em um mundo onde o curso natural dos acontecimentos favorece a extrema direita, agir como se estivéssemos em tempos normais é um grande erro. É isso que aponta o crescimento da extrema direita nessas eleições, independente de sua derrota na disputa presidencial.

Será indispensável manter ao longo dos próximos quatro anos o senso de urgência descoberto no segundo turno para garantir que Lula 4.0 tenha não apenas a chance de existir, mas de fazer o que é preciso para começar a reverter o cenário em que a extrema direita cresce. Isso significa sustentar tanto a mobilização popular quanto a ousadia que o governo federal assumiu na reta final das eleições, quando uma série de medidas até então tidas como impossíveis subitamente se tornaram imparáveis —— como a proibição das bets, o

reajuste do Bolsa Família, a redução da jornada de trabalho e a PEC da Tarifa Zero. A estas, precisarão se somar, o quanto antes, a regulação das big techs e o combate ao sequestro do orçamento por emendas parlamentares nada transparentes.

Foi preciso uma figura do porte de Lula para bater o bolsonarismo em 2022 e 2026 — o que significa que a preparação para 2030, quando ele já não poderá se candidatar, começa desde já. Mas é preciso estar atento para não confundir estratégia eleitoral com estratégia política. Uma coisa — evidentemente importante — é construir candidaturas fortes para a Presidência e o Legislativo nas próximas eleições; nomes que despontaram com força neste último ciclo não só oferecem esperança, como apontam alguns caminhos. Outra coisa, condição imprescindível para o sucesso da primeira, é compor uma base social em condições não apenas de eleger tais candidaturas, mas de emparedar aqueles que tentarão emparedar o governo, gerando a demanda e as oportunidades para que este consiga ir além. Isso não se fará apenas com mais influenciadores de esquerda, como muitos pareceram concluir após o primeiro turno, mas também com organização analógica e o esforço para elaborar um programa capaz de atualizar o lulismo para condições muito diferentes.

Neste sentido, há uma lição muito forte a se aprender com este segundo turno. Foram iniciativas vindas de fora do quartel-general de campanha, tais como o Exército do Lula e o projeto Revelando, que tiveram papel decisivo nesta virada. Estas, por sua vez, não teriam produzido os mesmos efeitos sem a tenacidade de milhões de pessoas que dedicaram seu tempo, dentro e fora das redes, para correr atrás de um resultado improvável. Não foi o PT nem Lula, mas a ecologia que se constituiu em torno deles quem venceu a eleição. Se Lula, com esse triunfo, inscreveu seu nome em definitivo nas páginas da história brasileira, é a sua imagem nessa reta final que oferece o modelo mais potente para o que virá agora: a de um indivíduo extraordinário, de trajetória extraordinária, mas que precisou de um povo extraordinário para carregá-lo até a linha de chegada.

Rodrigo Nunes é Professor Associado de Filosofia Moderna e Contemporânea na PUC-Rio, Pesquisador Visitante na Universidade de Essex e Associado do Alameda

—

O Exército de Lula

por Anna Carolina Raposo de Mello

No início da campanha à reeleição, parecia predominar entre os apoiadores de Lula a resignação a uma vitória de margem estreita, suficiente apenas para garantir, sem grandes emoções, um governo de continuidade. Para muitos eleitores, tratava-se de mais um voto de contenção a um mal maior, não motivado pelo desejo ou apoio convicto a um projeto. Do outro lado, longe de despertar paixões, Flávio Bolsonaro emplacou como o candidato possível, também fruto de concessões. Estava dada, de saída, a ameaça que ele representava

à democracia e à soberania brasileiras, com promessas de anistia ao golpismo e insubordinação a qualquer decisão judicial em contrário. Mesmo assim, a ameaça parecia ressoar menos do que a promessa de alternância de poder.

O consenso apontava, com precisão, para uma desconexão entre o governo e a nova classe trabalhadora, formada por pequenos empresários e trabalhadores 'do corre', que aspiram à prosperidade individual e ao consumo de alto padrão, no lugar de políticas públicas inclusivas e lutas coletivas. E a candidatura de Flávio Bolsonaro concentrava em si este impulso da mudança.

Então, os resultados do primeiro turno deram a dimensão do poder da extrema direita: Bolsonaro venceu por mais de dois milhões de votos; no Senado, o bolsonarismo conquistou impressionantes 45 das 81 cadeiras; na Câmara dos Deputados, garantiu 303 das 513 cadeiras. Entre os governadores recém-eleitos, pelo menos 14 dos 27 são bolsonaristas.

O resultado chocou a equipe de campanha de Lula, levando políticos mais jovens a substituir a velha guarda que havia comandado o primeiro turno. A iniciativa mais eficaz, no entanto, surgiu na internet e incluiu gente de fora do PT. A figura fundamental foi o deputado federal de Minas Gerais, André Janones, da Rede, que criou um canal no WhatsApp, o 'Exército do Lula', para unificar as mensagens da campanha e engajar milhões de usuários das redes sociais. Em apenas três semanas, o canal reuniu mais de 10,8 milhões de 'soldados' que produziam seus próprios conteúdos para as redes e aumentavam a visibilidade do discurso aliado com curtidas, comentários e compartilhamentos. Vários outros políticos, artistas, atletas, advogados e acadêmicos aderiram à iniciativa, dando ainda mais força à mobilização.

De início, o canal parecia servir para afastar o pessimismo angustiante e dar movimento ao campo de apoio a Lula. Mas em questão de dias, o Exército conquistou três objetivos decisivos.

Primeiro, os soldados alteraram o discurso dominante na internet, que nos últimos anos vinha sendo formulado pelo bolsonarismo. Desde 2018, a extrema direita emprega uma estratégia de comunicação de mensagem unificada, simplificada, facilmente reconhecível na sua forma e disseminada por comportamentos de apoio. Além disso, a 'bolha' bolsonarista não se consolidou apenas em torno do discurso político, mas também passou a incluir estilo de vida, finanças, consumo e moda, com seguidores ligados a seus influenciadores por conexões de confiança e admiração. Com o tempo, o bolsonarismo se integrou ao discurso de prosperidade individual e aprimoramento pessoal, ao estilo de vida conservador e até mesmo à estética da fé. Durante anos, na política e na guerra cultural, bolsonaristas detiveram a capacidade de definir a agenda, levando os opositores – e até mesmo o governo – a responder com refutações e desmentidos ineficazes. Durante as últimas três semanas, essa dinâmica se inverteu e, temporariamente pelo menos, um novo nível de confiança, adesão, mobilização e engajamento foi criado dentro das redes pró-Lula.

Em segundo lugar, a campanha digital ajudou o campo democrático a articular sua própria mensagem de maneira clara, simples e acessível. Atormentados pelo alto custo de vida e por uma sensação permanente de aumento da criminalidade e crescente insegurança, muitos eleitores permaneciam indiferentes às conquistas de Lula na economia e nas políticas sociais, e desejavam respostas. Para tanto, ativistas e apoiadores foram incentivados a ouvir as queixas e a insatisfação dos cidadãos que rejeitavam Lula e aprenderam a respondê-las com sinceridade, sem recorrer a argumentos pouco efetivos, ou a rebatidas técnicas, percebidas como arrogantes ou distantes da realidade do dia a dia. Os soldados do Exército de Lula também souberam destacar os escândalos de corrupção de Flávio e suas conexões com a milícia, além de minar a credibilidade de sua frágil agenda de austeridade e da promessa de uma abordagem severa contra o crime.

O terceiro ensinamento, e talvez o mais importante, tenha sido integrar o discurso digital em ações de divulgação offline e manifestações de rua. Os eleitores de Lula foram incentivados a conversar pessoalmente com outros eleitores em potencial que estavam indecisos, não totalmente convencidos ou não inclinados a votar. Reunir munição discursiva para esses debates foi fundamental. Bons argumentos e táticas se espalharam por todos os canais digitais para apoiar essas interações presenciais. As redes unificadas também ajudaram a reunir pessoas nas ruas em manifestações organizadas por todo o país, muitas vezes convocadas em paralelo à campanha oficial. O engajamento visível dos eleitores e sua presença pública em números impressionantes foram decisivos para que o apoio ganhasse uma dimensão concreta. As ruas também ajudaram a proteger o resultado da eleição de qualquer contestação, previsível e incentivada pelo caos jurídico que a seguiu.

A incrível resposta do campo democrático no Brasil, que também incluiu adversários do PT, que, mesmo com divergências, deram seu apoio para impedir a ascensão de um autocrata, ajudou a abrir uma brecha na armadura da extrema direita. É dever dos progressistas aprender com a experiência eleitoral.

Anna Raposo de Mello é Pesquisadora e Coordenadora de Pesquisa do Alameda.

—

O Novo Brasil

por Juliano Fiori

O segundo turno da eleição presidencial no Brasil surpreende por sua novidade. É a primeira vez, desde que o país retornou à democracia, que um candidato que estava atrás no primeiro turno acaba vencendo. Isso resultou, em parte, de uma queda sem precedentes na abstenção entre os dois turnos.

Também surpreende pela forma marcante como desafiou as expectativas. Lula precisou dos

votos não apenas de muitos que se abstiveram no primeiro turno, mas também de muitos que, naquela ocasião, haviam votado em Flávio Bolsonaro. A interferência descarada dos Estados Unidos – tanto do seu governo quanto das suas empresas big tech – durante e antes das eleições evocou o espectro de um golpe (que até agora não se dissipou totalmente). Enquanto as urnas ainda estavam abertas, surgiram notícias de que prefeituras de direita estavam envolvidas em uma ampla supressão de voto, por meio da suspensão ou restrição seletiva do transporte público em redutos do PT.

Todas as pesquisas apontavam para uma vitória de Flávio, apesar de terem registrado um aumento no apoio a Lula após o primeiro turno. (Após a derrota, Flávio e seus aliados apontaram para a divergência entre as pesquisas e os resultados para sustentar suas alegações de fraude eleitoral.) Lula precisava de um voto insurgente, que desafiasse as pesquisas — do tipo que, por uma década, garantiu vitórias da direita em democracias capitalistas.

Como ele conseguiu isso? Em parte, graças ao seu próprio gênio político, à combinação de uma desconsideração por restrições aparentes com uma cordialidade muito brasileira. Mas sua vitória foi, principalmente, resultado de uma mobilização orgânica em massa. Após uma operação muito apática no primeiro turno, milhares de pessoas, tanto grupos quanto indivíduos, começaram a agir em apoio ao Lula, de forma autônoma ou semiautônoma, descentralizando efetivamente sua campanha. Elas produziram documentários bem elaborados – principalmente os da série 'Revelando' – e vídeos curtos e verticais, no estilo dos influenciadores, que denunciavam a criminalidade de Flávio. Saíram às ruas, em comícios grandes por todo o país, onde a campanha negativa deu lugar, em boa parte, a projeções esperançosas de uma virada.

Venceram. E assim começa o último capítulo de Lula – com uma euforia que adia o cansaço e um alívio temperado por alguma perplexidade.

*

Os atos dos quais participei na reta final para o segundo turno foram impressionantemente alegres, embora com um toque de melancolia. Uma crença palpável na vitória se misturava à consciência de que o fim de uma era havia chegado. A última campanha eleitoral de Lula; Lula, indiscutivelmente uma das figuras mais importantes da história política brasileira. A maioria de nós não conhece a política sem ele.

Há também algo de ideologicamente melancólico no lulismo, apesar da esperança que ele ainda inspira entre seus adeptos. O grande projeto de Lula — inclusão econômica e conciliação de classes — foi originalmente viabilizado pelo boom das commodities da década de 2000. No entanto, com o tempo, o ideal de ampliar o acesso ao consumo se distanciou da realidade – ou, pelo menos, da experiência comum – de um novo Brasil. Desde que voltou ao poder em 2022, Lula não conseguiu projetar um novo horizonte social.

No novo Brasil, as aspirações individualistas, entendidas como resistência às instituições estatais, são fomentadas pela informalização precária do trabalho e pelas teologias da prosperidade, propagadas por denominações evangélicas bilionárias; as indústrias de fronteira, sobretudo o agronegócio, geram extensas redes de atividades econômicas dependentes e, muitas vezes, ilícitas; a subcontratação de funções governamentais essenciais a empresas privadas leva a uma fragmentação da soberania, o que, por sua vez, empodera entidades paraestatais e criminosas.

Essas transformações sociais criaram o momento propício para a ascensão política de Jair Bolsonaro, que representa o pior do velho Brasil: ele é um aprendiz frustrado da turma do porão, que critica a ditadura militar apenas por não ter matado o suficiente. Flávio representa o pior do novo Brasil: ele é um gângster, cujos interesses estão ligados a esquadrões da morte paraestatais e esquemas de extorsão. No entanto, o bolsonarismo, o movimento que leva o nome deles, não está vinculado aos destinos políticos dos dois. Com Jair cumprindo 27 anos de prisão e Flávio derrotado e foragido, o bolsonarismo sem Bolsonaro é agora uma possibilidade real – que não é necessariamente menos ameaçadora.

Lula não é do novo Brasil. No entanto, como o gestor mais hábil das transformações sociais do período neoliberal, ele atuou como seu parteiro. Talvez a maior ironia seja que a classe consumidora que seus governos mais se empenharam em consolidar – a famigerada 'classe C' – tenha oscilado de forma mais decisiva do lulismo para o bolsonarismo na última década. Para ter sucesso neste último capítulo de sua carreira política, Lula terá que desenvolver um programa político que atraia diretamente esse eleitorado. Os desafios são significativos – e não apenas porque, após essas eleições, ele terá que lidar com um Congresso ainda mais hostil, mas também porque o próprio sistema político está mal adaptado ao novo Brasil.

O PT precisa tirar muitas lições do segundo turno, especialmente das tensões entre suas convenções como partido de massa e as atividades autônomas da campanha. No entanto, a oposição à extrema direita em outros lugares pode se inspirar nas últimas semanas. De fato, se o capitalismo brasileiro há muito está na vanguarda da marcha global rumo à catástrofe — agora acelerada por formações de extrema direita —, então é lógico que o Brasil também possa se tornar um laboratório para uma política que o conteste.

Juliano Fiori é Diretor do Alameda.

—

Três vencedores

por Miguel Lago

A eleição de 2026 no Brasil tem três grandes vencedores.

O primeiro e mais óbvio é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A extraordinária recuperação de Lula no segundo turno demonstrou mais uma vez sua força política única. Ele possui algo quase místico: a capacidade de se conectar com milhões de brasileiros, transcendendo partidos, ideologias e coalizões. Ele é muito maior do que a esquerda. Tendo disputado sete eleições presidenciais e vencido quatro, ele fez mais do que qualquer outro para moldar a política nacional desde o retorno da democracia. Este será, quase certamente, seu último mandato presidencial.

O segundo vencedor é, paradoxalmente, Jair Messias Bolsonaro. Mesmo da prisão, ele ajudou a eleger deputados, senadores e governadores — mais uma ilustração de que o bolsonarismo não é meramente uma reação conservadora, mas um movimento revolucionário que busca transformar as instituições, os valores e os alicerces da sociedade brasileira. Desde 2018, ele vem expandindo consistentemente sua base e consolidando sua influência. 2026 não foi exceção. Derrotar Bolsonaro nas eleições não significa, de forma alguma, derrotar o bolsonarismo.

O terceiro e mais importante vencedor é a sociedade civil brasileira. O fato de Lula ter obtido aproximadamente 10,4 milhões de votos entre os dois turnos não deve ser confundido com um endosso ao seu governo ou com uma expressão de devoção pessoal (embora seja um pouco dos dois). Grande parte dessa mobilização representou uma rejeição ao bolsonarismo.

O PT conduziu uma campanha notavelmente fraca no primeiro turno, tanto nas eleições legislativas quanto nas estaduais e presidenciais. O que transformou a eleição não foi a máquina partidária, mas uma mobilização extraordinária da sociedade civil. Na verdade, surgiu um movimento contrarrevolucionário em todo o país, reunindo pessoas de diferentes orientações ideológicas. Lula pode ter se tornado o porta-bandeira do movimento, mas não foi ele quem o criou, e ele não é o dono dele. Essa vitória não pertence ao partido, mas à sociedade.

*

Durante seu terceiro mandato, Lula frequentemente governou o Brasil como se ainda estivéssemos em 2010. Mas a sociedade brasileira havia mudado profundamente, em parte devido a uma transição religiosa extraordinariamente rápida, que marcou o fim do predomínio católico e a ascensão do evangelismo. Enquanto isso, a extrema direita ampliou seu poder cultural e institucional.

Em seu último mandato, Lula enfrentará um Congresso predominantemente hostil. Senadores alinhados ao bolsonarismo pressionarão os ministros do Supremo Tribunal Federal por meio de pedidos de impeachment, tornando o Poder Judiciário um aliado estratégico menos confiável.

Lula deve, portanto, buscar força política além dos três poderes do Estado — na própria

sociedade. O objetivo deve ser reduzir o monopólio político das elites do Congresso e redistribuir o poder democrático para a população. Isso requer uma democracia participativa, com referendos, consultas populares e instituições que permitam aos cidadãos exercer poder além das eleições.

Os antigos arranjos políticos do Brasil estão esgotados. A transição democrática produziu conquistas extraordinárias, mas também um sistema de governança cada vez mais dominado pelos partidos políticos e pelas negociações no Congresso. As instituições criadas para sustentar a democracia têm contribuído gradualmente para sua erosão. Se o bolsonarismo representa uma revolução contra a ordem constitucional estabelecida em 1988, a única resposta viável é uma contrarrevolução democrática. Não para restaurar a velha ordem, mas para reinventá-la. Ou seja: a tarefa histórica de Lula é preparar a transição da Sexta para a Sétima República.

Miguel Lago é Diretor Executivo do Instituto de Estudos de Políticas de Saúde, Professor Visitante na Universidade de Princeton e Associado do Alameda

Ensaios

Brasil: Entre o Messias e o Anticristo

por Frederico Lyra

A vitória de Lula é um verdadeiro *milagre* eleitoral. É o máximo que se pode esperar de uma eleição. Ganhamos tempo. Em 2018, antes de ser preso, Lula havia declarado: 'Não sou um ser humano, sou uma ideia. E não adianta nada tentar acabar com as ideias'. Ele estava enganado, pois ele não é uma ideia pura da razão; muito pelo contrário, sua função é, antes de tudo, teológica: ele é o nosso *Katechon*. Lula, e somente ele, poderia ter impedido o retorno do *Anticristo*. Esse é, de fato, o papel principal que ele desempenha no Brasil, pelo menos desde 2016, quando o processo de destituição de Dilma Rousseff abriu as portas dos círculos do inferno brasileiro. Podemos dizer que ele constitui uma força de contenção, e que ganhamos mais quatro anos para tentar nos organizar e imaginar algo diferente, mesmo que não tenhamos sabido aproveitar os quatro anos anteriores (2022-2026), que quase resultaram em um acidente fatal. Talvez vejamos surgir um novo movimento revolucionário brasileiro para esta era que se abre diante de nós? Seja como for, adiamos o fim do mundo, como poderia ter dito Ailton Krenak, pois o país poderia ter se autodestruído neste domingo, 25 de outubro de 2026. E não estamos falando aqui de forma superficial.

Se não houver um golpe de Estado — uma possibilidade que não pode ser descartada diante de Trump e do velho imperialismo norte-americano que nós, na América Latina, conhecemos desde sempre, mas também diante das forças internas, da extrema direita e de uma parte da burguesia, que perderam uma batalha sem, no entanto, estarem perto de perder a guerra — será interessante ver o que Lula tentará fazer ao longo de seu mandato, pois ele não dispõe, absolutamente, dos meios para governar. A Câmara dos Deputados e o Senado são majoritariamente de direita, ou mesmo de extrema direita. Se Flávio Bolsonaro tivesse vencido, ele poderia ter alterado a Constituição e transformado radicalmente a República de forma legal. Lula, por sua vez, terá que inventar uma forma totalmente nova de governar.

Isso pode exigir uma certa mobilização que, se ocorrer, poderá ir muito além de tudo o que conhecemos até agora ao longo de seus três mandatos anteriores. Pois, sob todos os governos anteriores, a desmobilização popular e o esgotamento dos movimentos sociais constituíram, precisamente, traços característicos da ação governamental. Mas hoje, com a oposição que ele enfrenta, diferentes cenários se desenham: ou ele não governa, não faz nada e permanece paralisado, ou é destituído, em um novo golpe de Estado.

O deputado André Janones talvez tenha mostrado um caminho, no mínimo, ambíguo. Ele criou um grupo no WhatsApp chamado o 'Exército de Lula'. Ora, em um dos países mais conectados do mundo, onde as redes sociais e os aplicativos de mensagens ocupam um lugar considerável na vida das pessoas, como poderia começar qualquer forma de organização voltada para o mundo real, senão online? Vale frisar que é possível que, no Brasil, o mundo virtual já domine o mundo concreto. Por outro lado, tal forma de organização irtual militar não parece repetível. Ela tem ares de mobilização de tiro curto, típica do regime temporal próprio à era da emergência.

Ao final da campanha eleitoral, esse exército contava com dez milhões de membros mobilizados, e então assistimos às maiores manifestações de rua da história do país, que não teriam sido possíveis sem essa mobilização radical online. Imaginemos que Lula tente governar mantendo contato direto com seu exército — como marechal, talvez? — e que este se desenvolva a ponto de adquirir uma força social superior à das instituições do país. Por que não? Estaríamos diante de uma domesticação das manifestações, ou seja, de uma forma de gestão das ruas, na qual as reivindicações da mobilização ficariam subordinadas aos interesses do governo? Ou seria, ao contrário, a rua que imporia sua agenda ao poder? Permanece também o risco de uma concertação, ou mesmo de um acordo político de bastidores, típico de Lula, capaz de neutralizar a capacidade de organização e mobilização das ruas. No entanto, ao mobilizar a população, Lula também corre o sério risco de perder o controle sobre ela. Afinal, se uma parte da classe dominante ainda lhe dá apoio, é precisamente porque ele é considerado o único capaz de conter a entropia do país e controlar a população. Tal mobilização poderia, portanto, abrir uma brecha para algo mais radical. Isso parece, assim, ser uma necessidade impossível.

Parece que a população brasileira anseia por um governo estável em um mundo profundamente instável. No interior do país, as divisões políticas são particularmente acentuadas, enquanto as desigualdades sociais não param de se agravar em um país que sempre figurou entre os mais desiguais do mundo. Quanto à taxa oficial de desemprego, ela transmite uma imagem enganosa da realidade, na medida em que grande parte da população trabalha em condições precárias, sob o regime da 'uberização'. Se somarmos a isso os efeitos da crise climática, essa aspiração à estabilidade parece um sonho impossível, que assume conotações teológicas em um dos países mais religiosos do mundo. A extrema direita alimenta essas tensões sociais tanto quanto se beneficia delas. Ela conta agora com novos líderes, como Michelle Bolsonaro, Nikolas Ferreira, Renan Santos e outros mais. São eles que, como destaca Miguel Lago em várias de suas intervenções, encarnam o *caráter revolucionário* da extrema direita brasileira. Trata-se de um movimento de massas que pretende transformar radicalmente o país. Nesse sentido, Lula atua, portanto, como uma *força contrarrevolucionária*, em sua tentativa de adiar a chegada apocalíptica da 'nova face da nação brasileira', como diz Paulo Arantes.

Trata-se de uma barreira temporária, ainda mais precária se levarmos em conta a idade do presidente, que tem 81 anos. O único contraponto verdadeiramente viável à força do inimigo talvez fosse fazer surgir um desejo e um imaginário tão radicais quanto os da extrema direita, mas orientados na direção oposta. Ganhamos quatro anos para tentar, mais uma vez, mudar o curso da história e reencontrar esse espírito perdido. Tudo isso, em certos aspectos, é, sem dúvida, uma especulação excessiva. Dito isso, não se deve, no entanto, esquecer que o Katechon, em toda a sua ambiguidade, pode não apenas impedir a vinda do Anticristo, mas também a do nosso Messias.

Frederico Lyra é doutor em filosofia e Associado do Alameda.

O Dia Depois de Amanhã

por Thiago Canettieri

A escalada da ameaça fascista foi momentaneamente interrompida, mas não desfeita. Sabíamos muito bem que uma possível vitória de Flávio Bolsonaro na campanha presidencial significaria uma aceleração no processo violento de fascistização da sociedade. Contudo, no final do dia 25 de outubro de 2026, Lula foi reeleito presidente do Brasil. Dessa maneira, Lula 4 representará uma força de contenção à onda fascista que inunda a sociedade brasileira e o mundo todo. Resta saber até que ponto será possível conter essa onda.

É bem verdade que o dique de contenção Lula, construído desde 2022, já apresenta rachaduras consideráveis: o bolsonarismo (como friso, nome insuficiente para o fenômeno que vivemos), agora estabilizado como movimento de massas e plenamente representado nos aparatos institucionais democráticos pelo Partido Liberal, é uma força social considerável: não só se confirmou no pleito de 2026, ao eleger a maioria no Congresso e no Senado, como também tem capilaridade social e o apoio de praticamente metade do eleitorado.

O novo tempo do mundo fortalece essas tendências fascistizantes — é, afinal, a onda do futuro que finalmente chegou, contrariando a expectativa da ação comunicativa democrática. Como nota Rodrigo Nunes nesta coletânea, a extrema-direita possui vantagens estruturais sobre a esquerda, pois baseia-se em dar continuidade e acelerar tendências sociais e políticas já existentes. Além disso, ela se organiza há muito tempo nas redes sociais, com base no que Marcos Nobre e Ana Claudia Teixeira chamam de Partido Digital Bolsonarista, adaptando para o contexto brasileiro o conceito do sociólogo italiano Paolo Gerbaudo. A atuação coordenada nas redes digitais, com relativa autonomia e independência em relação às formas institucionais, tem desenvolvido um tipo de adesão popular cimentada e sustentada por uma gramática compartilhada que vai do antipetismo ao hiper-concorrencialismo, galvanizada pelo que André Castro chama de 'Brasil avivado'. O Partido Digital Bolsonarista, segundo os autores, promove uma ampliação do debate público que resulta em uma politização generalizada da vida diária, atingindo níveis sem precedentes. A organização consegue converter as interações rotineiras e os vínculos cotidianos dos usuários nas redes em capital político e em mobilização.

Diante do quadro que emergiu ao final do primeiro turno (Flávio Bolsonaro liderando o pleito com mais de dois milhões de votos, sua coligação conquistando 45 das 81 cadeiras, 303 das 513 vagas para a Câmara dos Deputados e pelo menos 14 dos 27 cargos de executivo dos estados — isso, sem contar o giro à direita bolsonarista nas assembleias legislativas estaduais), o campo progressista teve que se virar para tentar vencer a campanha presidencial. Certamente, uma das principais iniciativas foi a convocação do 'Exército de Lula', liderado pelo 'General' André Janones, por meio de um canal no WhatsApp. Ali, o General passava missões diárias aos soldados, que quase atingiram a cifra impressionante de

de 11 milhões. Essa estratégia, como nota aqui Anna Carolina Raposo de Mello, acompanhada por outras iniciativas online, alterou a hegemonia discursiva nas redes, antes dominadas pela gramática bolsonarista; articulou uma mensagem clara, simples e acessível para a campanha de Lula; e fortaleceu, a partir do sucesso animador nas redes, as ações presenciais e as manifestações de rua massivas.

Ao mesmo tempo, diretórios locais do PT e grupos autônomos, se mobilizaram para panfletar, articular caronas solidárias, e todo tipo de ação que poderia atrair mais votos para Lula. O que acabou resultando em sucesso. Esse engajamento traduziu-se em um acréscimo expressivo de mais de dez milhões de votos para o candidato do PT. A estratégia de redes e ruas, como a jovem deputada eleita pelo PT, Ana Elisa, reivindicou, parece ter dado certo, pois o objetivo de vencer a eleição presidencial foi alcançado.

Entretanto, a fórmula de mobilização de redes e ruas parece perder de vista uma dimensão central da organização política: a esfera do cotidiano. Grupos da igreja, os legionários, a viatura policial, o acampamento na porta do quartel. A mobilização de extrema direita se move a partir desse circuito de encontros cotidianos — não se trata de um fenômeno exclusivo das redes, mas de uma energia política mobilizada no cotidiano. A presença diária do bolsonarismo é sustentada pela dinâmica de uma campanha permanente. Não se aguarda o calendário eleitoral oficial para se comunicar com as bases; em vez disso, opera-se uma engrenagem contínua de produção e distribuição de conteúdo que mantém a atenção do público ativa e fidelizada todos os dias. Essa é a dinâmica política da primeira revolução brasileira, na formulação provocativa — e acertada — de Miguel Lago.

Esse é o clima de uma sociedade que vive a política como guerra — um embate existencial entre dois lados, ainda que só o bolsonarismo leve essa situação a sério. Ivan Krastev, pensando a situação política da Europa, já reconhece que 'a sociedade está em guerra civil, e as balas foram transformadas em cédulas de voto'. A qualquer momento, essa guerra pode esquentar. São vários os relatos de violência política direta que se acumulam desde o pleito de 2018 — e tudo indica que as eleições de 2026 foram ainda mais violentas (são inúmeros os relatos de espancamento por divergência política)[1].

Se está em guerra, a mobilização deve ser permanente e total, e o inimigo é claro: sem meias palavras sobre quem está de um lado ou do outro da trincheira. Ao menos, o bolsonarismo radical parece levar essa máxima a sério. Essa destruição não é uma exclusividade do bolsonarismo, mas remonta à contradição imanente do capital, que corrói as próprias formas de sociabilidade constituídas historicamente. É dessa corrosão que o bolsonarismo extrai sua força destrutiva e tende a acelerá-la ainda mais.

[1] Um levantamento realizado pela agência A Pública por 17 dias durante a campanha para o primeiro turno das eleições de 2026. Durante a campanha de segundo turno, vários relatos de violência também ocorreram, como o assassinato do engenheiro Marcelo Oliveira, espancado por Bolsonaristas após um ato em apoio a Lula.

Por isso, o fascismo é o enigma revelado do liberalismo econômico. Paulo Arantes, numa intervenção em 2022, formulava algo importante: o bolsonarismo, apesar das chamadas fake news, transmite uma verdade sobre um capitalismo em colapso. Ele produz uma aderência à barbárie, ao invés de tentar superá-la.

> *Quando o bolsonarismo diz isso, ele está repetindo essas duas palavras-chave indicativas do fim de linha que nós chegamos, que é isto: a vida é um horror, este horror é da natureza das coisas e quem for forte o suficiente para, dele participando, conseguir vantagens relativas à sua posição hierárquica no sistema, será recompensado por seus próprios méritos, por ter tido a coragem de encarar essa verdade, da qual não está excluída a sua autodestruição (...). Nós estamos caminhando para uma república cristã fundamentalista de extrema-direita. E essa república [...] está associada, em regime de condomínio, ao assim chamado crime organizado. Na verdade, é um racketeering, é uma extorsão, é um butim, é uma pilhagem. Isso será facilitado pelo aparelhamento institucional renovado que vou lhes oferecer, uma vez reeleito. Esforcem-se, tenham coragem, enfrentem a morte, vão à luta, trabalhem até morte — ou trabalhem até a sobrevivência — que vocês serão recompensados, ou pela mera sobrevivência enquanto tal, pois se trata de um sacrifício — e esse sistema econômico é sacrificial —, ou então pela participação na pilhagem. Nós vamos todos pilhar, das periferias até a Amazônia. Todos seremos garimpeiros ilegais, madeireiros ilegais, agronegócio propriamente dito, e por aí vamos. Uma sociedade de empreendedores, de cunho religioso, de extrema-direita em parceria com o crime organizado, é isto: é a verdade.*

Em um ensaio, publicado pelo Blog da Boitempo, em colaboração com Alameda, Maikel Silveira parte dessa constatação de Paulo Arantes para enfatizar as diversas composições presentes nesse monstrengo. Há formas sabidamente reacionárias, mas pode haver ali, a depender da organização existente, aquelas que podem apontar para saídas emancipatórias. Como escreve o autor, 'a maioria delas tem um caráter ambíguo, contraditório, difícil de classificar. Mas é nesse plano, fragmentado, confuso e muitas vezes violento, que a política começa, muito antes de virar eleição. Talvez a crise da esquerda governista seja, por isso, uma crise de sua relação com as classes populares'.

Lula 3, após o impeachment de 2016 e o governo de Jair Bolsonaro, conseguiu ganhar tempo — ainda que constantemente acossado pelas pressões destrutivas da oposição bolsonarista, que se materializou com força na Esplanada no dia 08 de janeiro de 2023. Sustentando-se por uma frente amplíssima, o governo buscou a normalização — como lembra Rodrigo Nunes, ainda que bem-vinda após os descalabros dos últimos anos, é certamente insuficiente para enfrentar o novo radicalismo de extrema direita.

A quarta vitória eleitoral de Lula dará mais um respiro — que parece cada vez mais curto e ameaçado. Haverá tempo para enfrentar a mobilização bolsonarista? Haverá tempo para reverter os efeitos dos eventos climáticos extremos? Haverá tempo para enfrentar adequadamente o crime organizado em todas as suas escalas? Haverá tempo para regular a esfera de socialização mais importante da vida contemporânea, as plataformas de redes digitais? Questões em aberto, pois certamente quatro anos de um possível governo Flávio acelerariam essa desagregação — e, curiosamente, poderiam, dessa grande destruição, tirar ainda mais força para seu governo.

Talvez o enfrentamento à ascensão da extrema-direita seja uma política de urgência, como se demonstrou ser possível no segundo turno. Contando com a mobilização popular, o governo federal aprovou uma série de medidas que antes seriam impossíveis: proibiu-se as apostas on-line, aumentou-se o Bolsa Família, aprovou-se o fim da escala 6x1 e conquistou-se a gratuidade no transporte público aos fins de semana e feriados. Não são medidas eleitoreiras, mas medidas necessárias num momento em que a correlação de forças permitiu tomá-las e que certamente favoreceram o desempenho eleitoral de Lula no segundo turno. Talvez esteja aí um mapa possível para a esquerda governista lidar com a crise de sua relação com as classes populares.

Os desafios para os próximos quatro anos serão tremendos. Engana-se quem acredita numa pacificação de cima para baixo, numa nova concertação nacional de frente ampla. A tendência de colapso da economia capitalista seguirá seu curso, produzindo toda sorte de sintomas mórbidos. Mesmo com Jair preso, Eduardo em 'exílio' e independentemente do destino de Flávio (agora, sem foro privilegiado, as investigações das quais é alvo avançarão), o bolsonarismo sem bolsonaros continuará existindo.

A fórmula do lulismo dificilmente será aplicada nos mesmos termos novamente. Como notou Alex Hochuli, se Lula tornou-se, mais uma vez, vencedor de uma corrida eleitoral, não se pode dizer o mesmo do *lulismo*. O projeto dos governos do PT, desde a primeira eleição presidencial conquistada por Lula em 2002, estava lastreado na inclusão econômica e na conciliação de classes. Mesmo assim, como descreveram Fabio Luis Barbosa dos Santos e Daniel Augusto Feldmann, estavam sujeitos à dinâmica da contenção aceleracionista: enquanto tentava-se conter a erosão social em curso nos marcos da crise estrutural do capitalismo, a mesma dinâmica, ao mesmo tempo, corroía o tecido social por baixo. Para essa missão impossível, o boom das commodities nos anos 2000 foi imprescindível para financiar esse projeto. A crise de 2008/2009, sentida à época como uma marolinha e que virou um tsunami em 2015, inviabilizou essa lógica. Quando o ciclo de alta das commodities terminou, os amortecedores sociais falharam e a sociedade se viu ainda mais fragmentada, precarizada e exposta à violência do mercado, abrindo caminho para a ascensão da extrema-direita. O retorno de Lula ao poder em 2022 e sua reeleição em 2026 parecem não projetar um novo horizonte social. Sem os altos índices de crescimento econômico dos anos 2000 para redistribuir, com a inflação mantendo os custos de vida elevados e diante de um Congresso hostil dominado pela direita, o governo limitou-se a reformas pontuais e a um

discurso de defesa da estabilidade e restauração democrática.

Vive-se hoje um pós-presidencialismo de coalizão: tradicionalmente atuando como um bloco informal de centro e centro-direita focado no pragmatismo governista e na barganha de cargos e verbas orçamentárias para garantir a sustentação de diferentes presidentes, o chamado Centrão encolheu e perdeu espaço expressivo nas eleições de 2026 diante do avanço acentuado do PL. Com a consolidação de polos ideológicos cada vez mais refratários e antagonistas no Congresso — liderados pela nova e expressiva bancada oposicionista em ambas as Casas —, o bloco intermediário sofre uma forte compressão em seu espaço político. Essa nova configuração institucional não elimina a necessidade crônica de coalizões, mas encarece drasticamente a negociação legislativa, elevando, de forma inédita, o custo político da governabilidade para o presidente eleito. Ainda mais nesse contexto de desagregação do crescimento.

Como nota Juliano Fiori aqui, 'as aspirações individualistas, entendidas como resistência às instituições estatais, são fomentadas pela informalização precária do trabalho e pelas teologias da prosperidade, propagadas por denominações evangélicas bilionárias; as indústrias de fronteira, sobretudo o agronegócio, geram extensas redes de atividades econômicas dependentes e, muitas vezes, ilícitas; a subcontratação de funções governamentais essenciais a empresas privadas leva a uma fragmentação da soberania, o que, por sua vez, empodera entidades paraestatais e criminosas'. É desse conjunto que o bolsonarismo extrai as condições de possibilidade para se fortalecer e capilarizar pela sociedade brasileira.

Seja como for, o bolsonarismo foi contido nas urnas, mas não desaparecerá por um passe de mágica do tecido social esgarçado em que vivemos hoje. Apesar da vitória de Lula, 48% do eleitorado continuou votando no bolsonarismo e com disposição para atos de violência, como dito. A sociedade brasileira continua fraturada e entrincheirada, não só nas redes. Segue, portanto, mais importante do que nunca a contínua mobilização independente e autônoma. Em adição, inegavelmente a sociedade brasileira se movimentou, nas ruas, nas redes, nas urnas. Há limites claros, mas também parece abrir para alguma novidade no cenário político atual. As forças que elegeram Lula devem ser capazes de permanecer ativas — apesar do desafio — para construir alternativas à esquerda. O dia depois de amanhã é sempre mais difícil: passa-se o entusiasmo, as fileiras inimigas se realinham, e permanece a tarefa de construir uma perspectiva da emancipação.

Thiago Canettieri é Professor Adjunto no Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e Associado do Alameda.



Alameda é um instituto internacional que responde à ameaça da catástrofe com pesquisas conectadas a lutas sociais

alameda.institute